

**A CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR NO RIO GRANDE DO SUL
(1889/1930)**

Berenice Corsettiⁱ - UNISINOS

1. Introdução

Durante a Primeira República, a sociedade rio-grandense foi alvo de um processo de modernização caracterizado por medidas definidas a partir do Estado gaúcho, que visaram a eliminação das condições que vigoraram até quase final do século XIX, marcadas pelo domínio da oligarquia rural tradicional. A implementação da escola, no âmbito das ações destinadas à expansão do ensino, integrou esse processo.

O grupo político que assumiu o poder com a República buscou sua sustentação através da proposição de um projeto regional de desenvolvimento que atendesse os diferentes interesses sociais envolvidos. O Partido Republicano Rio-Grandense propôs a solução dos problemas do Estado através de um projeto de modernização justificado a partir do conjunto de idéias elaboradas por Augusto Comte.

Nesse contexto, o projeto político dos dirigentes positivistas rio-grandenses envolveu a escola pública, nos marcos de uma organização educacional e de uma política do Estado para o setor da educação. Interessa-nos mostrar que, nesse quadro, o ensino de história teve características específicas, as quais apresentamos a seguir.

2. História: a constituição da disciplina escolar

A ascensão dos republicanos ao poder, no Rio Grande do Sul, na chamada Primeira República, implicou em iniciativas educacionais importantes. No plano do ensino da história, a tentativa dos positivistas gaúchos foi de adequá-lo à concepção evolucionista da ciência, ao mesmo tempo em que davam a ela papel expressivo na formação cívica e moral, interagindo com os conteúdos de instrução cívica e moral. Apesar disso, a história constituiu-se, ao longo

de todo o período, numa área de conhecimento onde dificuldades apareceram, para a consecução de tais fins.

As fontes de época apontam a existência de problemas metodológicos no ensino da disciplina históricaⁱⁱ. No entanto, a problemática a ela referente não se restringiu à maneira de ensiná-la. A análise dos conteúdos inseridos nos programas das escolas públicas primárias nos possibilita algumas conclusões que gostaríamos de registrar.

Para tanto, necessárias se fazem algumas considerações sobre alguns fatores que intervieram no processo sofrido pela área de história, ao longo do século XIX. Um desses fatores foi o surgimento de instituições que, a partir do pioneirismo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1839, passaram a ser instaladas não só no Rio de Janeiro, mas em vários Estados do País. Para os fins deste estudo, o que nos interessa é mostrar a orientação adotada por esses institutos, em relação à História.

Nesse sentido, vale lembrar que o papel reservado a esses estabelecimentos foi o de construir uma história da nação, de recriar um passado, de solidificar mitos de fundação, de ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.ⁱⁱⁱ Os institutos históricos e geográficos constituíram-se em espaços de produção de um saber histórico característico do século XIX, de cunho oficial, típico da congregação, no interior deles, da elite intelectual aliada à elite econômica e financeira, com interesses políticos evidentes, já que a concepção de história difundida nesses locais relacionava-se à busca de eventos que possibilitassem a construção de uma identidade nacional.

Se analisarmos os conteúdos históricos incluídos no programa do ensino público primário de 1883^{iv}, portanto ainda da fase imperial, vamos perceber que eles foram trabalhados de duas formas: primeira, como conteúdos de educação moral e cívica, foi recuperada a história sagrada, ensinada por meio de narrações extraídas da Bíblia; na segunda, como conteúdos propriamente de história, foram colocados conhecimentos que iniciavam nos descobrimentos

portugueses na América e no Brasil. Dessa realidade distante, chegava-se aos principais eventos do período colonial, desde as primeiras explorações e chegando até os principais episódios da década de 1870. Resgatavam-se vultos e fatos que refletiam a história da nação, cuja importância política relacionava-se à história do poder nacional.

Portanto, nada que fosse surpresa, já que o modelo dedutivista que caracterizou esse tipo de abordagem combinava perfeitamente com os tempos do Império e com a influência da Igreja Católica. Interessa-nos entender, agora, a forma como os conhecimentos históricos foram trabalhados no período em que os dirigentes republicanos de orientação positivista estruturaram a educação pública no Rio Grande do Sul, com sua proposta de ruptura com o “regime decaído”, especialmente em termos educacionais.

A observação dos conteúdos de história selecionados nos programas do ensino elementar nos possibilita perceber alguns elementos importantes. O primeiro deles situa-se no fato da quase absoluta correspondência entre os conteúdos selecionados para as escolas e para os colégios elementares, mesmo que uns datem de 1899 e outros de 1910. Portanto, onze anos após ter sido estabelecido o programa para as escolas elementares, os responsáveis pela organização curricular do Rio Grande praticamente repetiram os conteúdos históricos de um para outro programa, sem nenhuma evidência de tentativa de modificação.^v

Por outro lado, os conteúdos estabelecidos corresponderam à orientação antes descrita, definida a partir da influência dos institutos históricos e geográficos. As narrativas predominaram enquanto forma de desenvolvimento dos conteúdos, a partir do descobrimento, percorrendo os principais acontecimentos da história política de cunho oficial e destacando os principais vultos dessa história que teve seu apogeu e marco cronológico delimitador o advento e a organização da República. O resgate desses eventos e dessas personagens significaram o delineamento, também a partir da atividade educacional do Rio Grande do Sul, de uma identidade nacional que teve nos modelos do passado a base para sua constituição.

Além disso, é interessante perceber que a história do Rio Grande do Sul apenas foi colocada no programa após o tratamento da história do Brasil, significando uma perspectiva de construção do conhecimento que tinha seu início no geral para chegar ao particular. Figuras abstratas foram usadas para que o aluno das escolas públicas rio-grandenses entendessem a sua realidade concreta. Os modelos eram distantes: Colombo, Cabral, Anchieta, Tomé de Souza, Henrique Dias, Felipe Camarão, Tiradentes, D. Pedro I, D. Pedro II, Bento Gonçalves, Duque de Caxias, Deodoro e Floriano. Podiam-se acrescentar um ou outro a mais, mas a lógica não era alterada. Virtudes heróicas e patrióticas eram ressaltadas, o que ficou evidente nos eventos selecionados.

Ainda em relação à história do Rio Grande, salienta-se que o início de seu estudo era feito a partir das expedições externas à região e que marcaram o início da colonização. O desenvolvimento do programa reflete conteúdos sempre distantes da vida do aluno, dos quais ele devia derivar conclusões para a sua própria vida. Identifica-se uma tendência apologética e regionalista, com os destaques dados à Revolução Farroupilha e às invasões “inimigas” ao Rio Grande do Sul.

Portanto, se confrontarmos a orientação adotada no programa de história dos tempos do Império com os adotados na República, o que vamos detectar é que a diferença fundamental situa-se no fato de que, para o ensino público rio-grandense, uma parcela dos heróis havia “descido dos Céus”, o que quer dizer que, ao invés de iniciar o tratamento dos temas históricos com a inserção de narrativas bíblicas e personagens da história sagrada, os vultos destacados para servir de modelo representativo das virtudes da nação eram, na República, apenas os “seres da Terra”, a maioria também ressaltados no programa de 1883. O idealismo cristão deixou de estar presente nos conteúdos históricos, mas a lógica dedutivista que o orientou permaneceu absoluta nos programas implementados pelos positivistas nas escolas públicas gaúchas.

A questão que surge, em função da situação exposta, é a seguinte: porque os dirigentes rio-grandenses, que haviam conseguido concretizar, na organização dos programas do ensino público primário, o avanço trazido pelos conhecimentos científicos da época em algumas disciplinas, não conseguiram fazer o mesmo no caso da história?

A resposta a essa questão pode estar situada em dois pontos. O primeiro deles vincula-se à influência dos institutos históricos e geográficos, no caso o do Rio Grande do Sul, que tinha atividade expressiva à época, tendo tido importantes relações com o governo republicano, a ponto de ter recebido auxílios financeiros do Estado em várias oportunidades, inclusive para a construção do prédio de sua sede.^{vi}

O tipo de história oficial produzida pelo instituto rio-grandense, que seguia a linha geral das demais instituições similares, servia aos interesses dos republicanos, mesmo que não se ajustasse à perspectiva científica que eles próprios defendiam.

Um segundo ponto da explicação leva em conta a posição da Igreja Católica, instituição com a qual os republicanos desenvolveram uma relação política importante, como já tivemos oportunidade de demonstrar, em outras partes deste trabalho. No caso do ensino da história, parece-nos relevante considerar sua posição.

Para tanto, lembramos que a revista oficial da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, a UNITAS, trouxe em vários de seus números orientações pedagógicas curiosamente colocadas em suas “Seções Doutrinárias”. Numerosos são os exemplos que encontramos nas publicações do período. Em relação à história, a Igreja destacou a sua importância e definiu rumos para o seu ensino.

O ensino promovido através de exemplos é constantemente defendido. Nesse sentido, é precioso o texto: “Pedagogia - Importância do ensino da história”. Destacando o papel relevante que o ensino da história devia ocupar na obra da educação, a revista afirmou que a missão do mestre cristão, no domínio da história, não estava apenas na responsabilidade de

restabelecer a verdade mas, também de defender, através dos recursos que ela oferecia, a fé e a virtude no espírito das crianças. Através da narrativa dos grandes acontecimentos e do resgate das personagens mais eminentes, a história devia estimular a prática da virtude.

O ensino da História devia começar, evidentemente, pela História Sagrada: a Criação, a Queda, o Dilúvio, Abraão, José, Moisés e o Deserto, David, os Profetas que anunciaram o Messias, o Salvador do mundo e o mundo salvo, a Igreja fazendo aos poucos a conquista do mundo para Jesus Cristo. A idéia da Igreja, através das aulas de História, considerava o tempo e o espaço e o Brasil, como a porção mais notável e gloriosa da Igreja Católica, devia ter seus feitos destacados. O professor precisava salientar as grandes virtudes, citar as palavras célebres, para que ficassem mais facilmente gravadas na memória. Assim, a História se constituiria na disciplina que, após o Catecismo, mais engrandeceria a alma e mais fortaleceria o coração dos inúmeros alunos que freqüentavam os colégios do Rio Grande.^{vii}

Observadas essas considerações, cabe a questão: qual a diferença existente entre essa orientação pedagógica, esses conteúdos escolares, e aqueles estabelecidos pelos dirigentes educacionais nos programas das escolas públicas do Rio Grande do Sul? Guardadas as especificidades da posição da Igreja, no plano epistemológico e metodológico, a aproximação é bastante grande e ajuda a explicar a articulação que se tornou possível entre a Igreja e o Estado, a nível regional.

O que estamos querendo dizer é que a história foi transformada, pelos governantes do Estado, não apenas em instrumento de manipulação ideológica, pois isso não teria sido prerrogativa exclusiva dos republicanos. Mais do que isso, a história foi utilizada também como forma de mediação do Estado com a Igreja, na medida em que a manutenção do modelo dedutivista de organização do conhecimento histórico possibilitou uma das formas de acomodação entre as duas instituições. Ou seja, enquanto a Igreja Católica passou a reconhecer a importância da ciência empírica, adotando-a em boa parte dos conteúdos que

ministrava nas escolas religiosas, no que concerne às matérias ditas “científicas”, o Estado gaúcho manteve, nas disciplinas que tinham relação com a formação de valores éticos, morais, sociais e políticos, o mesmo padrão de estruturação que o adotado pela Igreja.

No caso do ensino complementar, a orientação foi absolutamente a mesma, com a novidade do programa incluir temas não trabalhados no ensino elementar, relacionados à chamada História Universal. Eram trabalhados conteúdos de História Antiga, Média e Moderna, com o mesmo enfoque que percebemos em relação aos programas do ensino elementar. Foram acrescentados, também, assuntos caros aos historiadores tradicionais, como as ciências auxiliares da história, as fontes históricas, a utilidade e a divisão da história, bem como as principais hipóteses sobre a existência e a origem do homem no globo. Neste último caso, observou-se a influência da visão evolucionista dos positivistas, com a qual não concordava a Igreja Católica, o que não impediu que, no fundamental, os conteúdos históricos fossem campo de conciliação política e educacional.

3. Conclusão

No projeto de modernização capitalista posto em prática pelos dirigentes republicanos gaúchos, na Primeira República, a educação teve seu papel. Ao lado de expressiva expansão quantitativa do ensino público, a reorganização curricular implementada e a inserção dos conhecimentos científicos nos programas escolares, constituíram-se em elementos qualitativos de avanço que desejamos destacar.

Estes ingredientes de avanço não impediram que pudéssemos registrar os limites no processo educacional. Na investigação relativa aos conteúdos escolares em geral, percebemos a adoção de um caráter científico e técnico na reestruturação curricular, o que foi importante para a formação do conjunto de trabalhadores que se fazia necessário para a realidade capitalista que os republicanos desejavam consolidar. Entretanto, nas disciplinas que

implicavam a formação de valores sociais e políticos, éticos e morais, constatamos a manutenção das antigas orientações idealistas. Particularmente em relação à história, essa situação ficou evidenciada, significando uma forma de acomodação com a Igreja Católica.

Resta colocarmos que os conteúdos históricos, no conjunto dos programas adotados nas escolas públicas primárias do Rio Grande do Sul, tiveram a característica de representar o atraso e a reação, já que, na maioria das disciplinas organizadas no período que investigamos, ocorreu a incorporação dos avanços proporcionados pela ciência da época, fato que não se estendeu à história.

ⁱ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS.

ⁱⁱ Cf.: Relatório da Secretaria do Interior e Exterior de 30.07.1898, p. 547.

ⁱⁱⁱ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870/1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99.

^{iv} Programa do Ensino Público Primário da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 30.11.1833.

^v Programas das escolas públicas primárias do Rio Grande do Sul: escolas elementares (1899) e colégios elementares (1910). Decretos n.º 239, de 05.06.1899 e n.º 1575, de 27.01.1910. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1899 e 1910, p. 255-289 e 196-212, respectivamente.

^{vi} Cf.: despesas extraordinárias do Rio Grande do Sul dos anos de 1922 a 1927, nos relatórios da Secretaria da Fazenda dos respectivos anos.

^{vii} UNITAS, Ano IX, n.º 1, jan. 1922, p.13/15.